



JORNAL DO Clube de Engenharia

Campo da Fé
Página 12
www.clubedeengenharia.org.br

ANO XLIX • Nº 534 • Rio de Janeiro • Setembro de 2013

Foto: Samuel Tosta/Sindipetro-RJ



Movimentos sociais, no Rio, combatem os leilões do petróleo e se mobilizam para impedir que o Campo de Libra seja entregue às multinacionais.

Em defesa da soberania nacional

O governo federal está comprometendo um patrimônio das futuras gerações brasileiras com o leilão do Campo de Libra, previsto para outubro deste ano. É a área brasileira do Pré-Sal que abriga, na Bacia de Campos, a maior descoberta de petróleo convencional do século XXI, um dos maiores do mundo atual, cujo risco exploratório é zero. O Tribunal de Contas da União (TCU) questiona itens apontados como ilegais. O Clube de Engenharia, em parceria com a Aepet e o Sindipetro, tenta barrar o leilão com ações jurídicas. Espionagens diretas à Petrobras vêm ratificar a posição do Clube, que em carta à Presidência da República exige o cancelamento imediato do processo de leilões: é o nosso futuro que está à venda.

Páginas 4 e 5

Clube celebra a democracia com posse do novo Conselho

Nos dias 28, 29 e 30 de agosto, o Clube de Engenharia viveu mais uma vez seu pleito eleitoral em uma grande festa de confraternização e espírito democrático que anima a entidade desde a sua fundação. Em tom de renovação foram eleitas novas Comissões Executivas das Divisões Técnicas. Em claro manifesto de aprovação e confirmação do caminho seguido foram eleitos 25 conselheiros que irão ocupar o Terço do Conselho Diretor até 2016, avançando nas pautas que hoje movem o Clube. No discurso de posse, a conselheira mais votada – pelo terceiro ano seguido uma mulher –, Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves emocionou a todos e adiantou o trabalho que está por vir: “Agora, juntos no Conselho Diretor, não há mais chapas, mas o Clube de Engenharia e a defesa da Engenharia, dos engenheiros e da soberania da nação, tendo em vista o bem estar dos brasileiros. Vamos insistir nos pontos que ainda precisam ser melhorados, instituídos ou revigorados.”

Páginas 6 e 7

Foto: Válder Campanato/ABr



A vontade da sociedade brasileira em debate

Manifestações públicas no Congresso Nacional são reflexos do desrespeito absoluto à nação brasileira das ações dos parlamentares, que têm o dever de buscar respostas concretas à voz da sociedade que, alto e em bom som, clama por um sistema político nacional transparente e com controle social. Entidades se mobilizam para consolidar os caminhos de uma Reforma Política eficaz. No dia 25 de julho o tema foi debatido no Conselho Diretor do Clube de Engenharia, que busca ampliar o debate sobre os caminhos democráticos para uma real Reforma Política.

Página 3



Eleições no Clube: festa democrática

As eleições de renovação do Terço do Conselho Diretor e das Comissões Executivas das Divisões Técnicas Especializadas ocorreram durante o período de 28 a 30 de agosto de 2013 em um ambiente de confraternização e civilidade, onde o Clube de Engenharia mais uma vez reafirmou a sua tradição democrática.

Foram ocasiões de encontro, debate de ideias e de reflexão entre todas as correntes de pensamento do Clube, independentemente das Chapas concorrentes.

A Diretoria do Clube sentiu-se prestigiada, não somente com o clima altamente democrático havido nesses três dias, como também pelo apoio recebido da maioria dos eleitores presentes às eleições.

A partir da posse dos eleitos, que aconteceu dia 9 de setembro, os membros do Conselho Diretor têm um mandato de três anos e os membros das Comissões Executivas das Divisões Técnicas Especializadas têm um mandato de dois anos. Em ambos os casos, espera-se que a atuação dos eleitos corresponda à vontade dos seus eleitores de se fazerem representados por pessoas atuantes, que projetem ainda mais o Clube perante a sociedade civil, mantendo a tradição participativa do nosso Clube mais que centenário em tantas lutas em defesa da engenharia brasileira, das empresas genuinamente nacionais e do interesse soberano nacional.

Em recente ocasião, o Clube, através de seu Conselho Diretor, fez um documento consistente de posicionamento em relação às manifestações populares que ocorreram no país, mantendo assim a tradição de protagonista dos grandes eventos nacionais, como ocorreu desde a Abolição da Escravatura, passando pelas Diretas Já e por tantos outros eventos que influenciaram a nossa sociedade civil.

A Diretoria agradece a cada um dos sócios que se deslocaram de seus ambientes de trabalho ou do conforto de suas residências para participar dessa verdadeira festa cívica, que deixa a todos os que dela participaram uma feliz sensação de dever cumprido.

A Diretoria

Descontos oferecidos pelo Clube de Engenharia

FACHA (cursos de pós-graduação) • Universidade Estácio de Sá • Universidade Veiga de Almeida • Prisma Café & Bistrô Universidade Federal Fluminense (pós-graduação) • Centro de Estudos Alexandre Vasconcelos (CEAV) • Colégio Mary Poppins • Colégio e Curso Intellectus • Curso Múltiplos Concursos • Faculdade Candido Mendes (UCAM) • Pousada Vale Verde de Teresópolis Ltda • Elza Lentes de Contato • Ótica Cristã Nissi • Ótica Maison de Vue • Ótica Anjos dos Olhos • Fonoclinica Produtos Médicos Ltda. • Clínica Odontológica New Quality • Kerala Clínica de Terapias Alternativas e Reabilitação Física • Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) • Universo Physio Pilates • Estética de A a Z • DC Grill Churrascaria • Restaurante Zanzariba • Craft park S/C Ltda • Associação dos Engenheiros da Estrada de Ferro Leopoldina • FISK idiomas • CCAA • Silvestre Saúde

www.clubedeengenharia.org.br/descontos.htm



Clube de Engenharia

Fundado em 24 de dezembro de 1880

PRESIDENTE

Francis Bogossian

1º VICE-PRESIDENTE

Alexandre Henriques Leal Filho

2º VICE-PRESIDENTE

Fernando Leite Siqueira

DIRETORES DE ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Alexandre Henriques Leal Filho

José Stelberto Porto Soares

Fernando Leite Siqueira

Abílio Borges

DIRETORES DE ATIVIDADES TÉCNICAS

Márcio Patusco Lana Lobo

Edson Kuramoto

Abílio Borges

DIRETORES DE ATIVIDADES SOCIAIS

Jaques Sherique

Abílio Borges

DIRETORES DE ATIVIDADES CULTURAIS E CÍVICAS

Ana Lúcia Moraes e Souza Miranda

Carmen Lúcia Petraglia

DIRETORES DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

Luiz Carneiro de Oliveira

José Schipper

DIRETORES DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Carmen Lúcia Petraglia

Ana Lúcia Moraes e Souza Miranda

DIRETORES DE ATIVIDADES PATRIMONIAIS

José Schipper

Luiz Carneiro de Oliveira

Jaques Sherique

DIRETORES DE ATIVIDADES DA SEDE CAMPESTRE

Arciley Alves Pinheiro

Luiz Carneiro de Oliveira

José Stelberto Porto Soares

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Antonio Elisimar Belchior Aguiar

Arnaldo Dias Cardoso Pires

Jorge Nisenbaum

Suplentes

Ayrton Alvarenga Xerex

Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves

Oscar Boechat Filho

CONSELHO EDITORIAL

Efetivos

Edson Monteiro

Sérgio Augusto de Moraes

Paulo de Oliveira Lima Filho

José Carlos de Lacerda Freire

Sebastião José Martins Soares

William Paulo Maciel

Suplentes

Carlos Antonio Rodrigues Ferreira

Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves

João Fernando Guimarães Tourinho

Newton Tadachi Takashina

SEDE SOCIAL

Edifício Edison Passos

Av. Rio Branco, 124 CEP 20148-900 Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2178-9200 / Fax: (21) 2178-9237

atendimento@clubedeengenharia.org.br

www.clubedeengenharia.org.br

SEDE CAMPESTRE

Estrada da Ilha, 241 – Ilha de Guaratiba

Telefax: 2410-7099

REDAÇÃO

Editora e jornalista responsável:

Tania Coelho – Reg. Prof. 16.903

Textos: Rodrigo Mariano – Reg. Prof. 32.394/RJ

Fotos: Fernando Alvim / Arquivo Clube de Engenharia

Colaboração: Mariana Gomes e Márcia Ony

Editoração: Andréia Bessa/ Espalhafato Comunicação

Impressão: Folha Dirigida

Patrocínio:



POLÍTICA

Diálogo, pressão e sede de mudanças estruturais

ética**Manifestações surpreendem os brasileiros. Ficou evidente que a hora é de uma profunda reforma política. O Clube de Engenharia costura parcerias e promove debates.****transparência**

As manifestações que tomaram as ruas foram uma surpresa. Assessores e analistas políticos não conseguiram prever o nascimento de um movimento que seria marcado por marchas que já entraram para a história. No dia 25 de julho o tema foi debatido no Conselho Diretor do Clube de Engenharia. Foi aprovada na ocasião uma declaração de apoio às manifestações, além de uma iniciativa do Clube, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), para reunir entidades e partidos que vão debater caminhos democráticos para uma real reforma política. No dia 31 de julho o Clube de Engenharia, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e a OAB/RJ também promoveram amplo debate.

Na busca de uma reforma política que efetivamente colabore para maior transparência nas esferas de poder, a OAB e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral focaram nas eleições e encaminharam projeto de reforma eleitoral à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Wadih Damous, presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro e da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), destacou que os números apontam para o financiamento de campanha como o primeiro passo para uma gestão marcada por envolvimento pouco transparentes. “Os interesses dos parlamentares e governos seguem àqueles dos financiadores e não de seus eleitores”. Para Damous, o financiamento de campanha deveria ser feito apenas por pessoas físicas, com um limite de R\$ 700 por pessoa. “Pessoa Jurídica não vota, mas doa. E nós sabemos bem porque doa e o vínculo que nasce dessa doação.”

Segundo Damous, a OAB defende que as eleições devem ser entre partidos no primeiro turno. A ideia é promover a revalorização dos partidos. “Os filiados dos partidos elegeriam componentes em uma lista protocolada na Justiça Eleitoral. Quando da eleição proporcional, os eleitores votariam no partido e em suas propostas. Já no primeiro turno se saberia quantas vagas cada partido teria no parlamento. Nesse ponto não saberíamos quem serão os ocupantes dessas vagas. No segundo turno, os eleitores votariam e escolheriam entre os dez primeiros colocados na lista partidária do primeiro turno. Se o partido tem direito a cinco vagas, concorre com dez. Se tem direito a seis cadeiras, concorre com 12.

O financiamento público de campanha foi outro ponto defendido na proposta da OAB. O texto sugere que os gastos das campanhas sejam financiados, além das doações de pessoas físicas, por um Fundo de Campanhas, gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral e constituído de recursos do Orçamento Geral da União, multas administrativas e penalidades eleitorais. Pessoas jurídicas seriam proibidas de contribuir. Além disso, tanto as candidaturas quanto as coligações devem ser referendadas por voto direto dos filiados dos partidos. O aumento do tempo para os pequenos partidos e a liberação da campanha *online* em páginas pessoais e perfis em redes sociais sem nenhum custo também é defendido pelos advogados.

Segundo o sociólogo Ivo Lesbaupin, diretor da Abong, a reforma política elenca as principais respostas para a raiz dos problemas: a maneira como o poder político vem sendo exercido nas últimas décadas. “Há um descolamento cada vez maior entre o poder exercido pelo Executivo e Legislativo em relação à maioria dos cidadãos. O governo desenvolve suas políticas independentemente do que pensa essa maioria”, explica.

Para o conselheiro Manoel Lapa, o descaso do poder público pelos posicionamentos da sociedade civil já chegou ao nível da arrogância: “Convivemos com atitudes de entes federativos que não permitem a abertura de canais de discussão. Isso faz represar propostas e reivindicações da população”. Lapa cita o Elevado da Perimetral como exemplo claro: “É uma questão profundamente polêmica que não passou por nenhum nível de discussão. Município e governo do Estado do Rio não conversam com movimentos sociais”, denuncia.

democracia

Manifestações e protestos relacionados ao transporte público acontecem há anos sem respostas efetivas. “Isto porque o governo tem maioria na Assembleia Legislativa e segue em frente como quer. Quando as barcas bateram e ficaram à deriva, cerca de três semanas depois tiveram as passagens aumentadas. Isso significa um tapa na cara dos usuários”, também denunciou Ivo.

O distanciamento entre o poder e as vontades populares pode ser reflexo direto de um contínuo esvaziamento ideológico do sistema partidário. A “governabilidade”, expressão que entrou em evidência no governo Lula,

é a ferramenta pela qual a democracia representativa passou a funcionar. “Essa palavra mágica hoje justifica alianças as mais amplas possíveis. O processo que amalgama tudo e justifica o completo esquecimento da população – uma vez que tudo é válido para manter as alianças – causa reação”, apontou Ivo.

Influenciar diretamente o processo político e participar das decisões é uma das mais fortes reivindicações das ruas. Não haver resposta para isso é um contrasenso, uma vez que algumas ferramentas já estão na própria Constituição de 1988. “Plebiscito, referendo e iniciativa popular são ferramentas que precisam ser regulamentadas para funcionarem de fato”, apontou Ivo, que destacou também as conferências: “Nos últimos anos, conferências nacionais das mais diversas vêm acontecendo. Foram 86 até 2012, mas pouco do que foi decidido nelas foi assumido pelos governos. Elas são consultivas apenas e se suas decisões não cabem na lógica da governabilidade são descartadas”.

A valorização da política é o caminho apontado por Wadih Damous. Segundo Wadih, havia um questionamento da democracia representativa nas ruas, de superação do modelo atual. “É preciso uma revalorização da política. Toda a nossa vida é pautada por ela e o fato de existir corrupção não pode levar à desmoralização da política como via das relações sociais e humanas. Qualquer reforma deve levar a sério a questão da revalorização. Política não é coisa de ladrão e bandido”, defende.

É ponto pacífico: algo novo está nascendo das ruas. “O simples fato de existir o debate já é uma vitória. É daqui que vai surgir o futuro e suas respostas. É esse congresso que está aí que vai votar a reforma política. Para que o Congresso vote essa reforma será necessário ir para a rua? Não sei. Será necessário botar fogo na Câmara? Não sei. Fato é que o Congresso não tem qualificação moral e política, está deslegitimado para votar, mas pode ser obrigado a isso. O novo está nas ruas. Ainda não nasceu. É nosso trabalho ajudá-lo a nascer com as ferramentas que temos hoje”, finalizou Damous.

Conheça a proposta da OAB na íntegra no Portal do Clube de Engenharia, no endereço:
<http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/oab-apresentaproposta-de-reforma-politica>.



LEILÃO DE LIBRA

Interesses nacionais em segundo plano

Enquanto outros países cobram 80% do óleo excedente, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) fixa em 41,65% a parcela da União no leilão de campo que abriga já estimados 15 bilhões de barris. A ideia é agradar as empresas estrangeiras e não espantar investidores. Clube busca instrumentos jurídicos para impedir o leilão

Com as bênçãos do governo e do legislativo, um crime contra a soberania nacional está em andamento e já tem data marcada. O Campo de Libra, área brasileira do Pré-Sal que abriga a maior descoberta de petróleo convencional do século XXI, na Bacia de Campos, irá a leilão no dia 21 de outubro, na primeira rodada de licitações de direitos de exploração na camada do Pré-Sal. O pontapé inicial já foi dado no dia 3 de setembro, com a publicação do edital e todo o processo culminará, em novembro, na assinatura dos contratos com os consórcios vencedores, novos donos de um tesouro nacional desapropriado do povo brasileiro.

As expectativas entre gigantes petrolíferas eram grandes no que se referia à seleção dos blocos. A escolha de Libra para a primeira licitação sob o regime de partilha satisfaz tais expectativas. A área leiloada é enorme, além de não ser voltada para a atividade de exploração, mas para o estágio de desenvolvimento de campo, quando já se sabe que, de fato, ali existe petróleo. Quanto a isso, não há qualquer dúvida: de acordo com estimativas da Agência Nacional de Petróleo (ANP), os volumes recuperáveis podem variar entre 8 e 12 bilhões de barris. Mas geólogos da Petrobras estimam em mais de 15 bilhões. E tudo isso está à venda por um preço irrisório.

O Clube de Engenharia, ciente da enorme perda representada pela 1ª rodada do Pré-Sal, em reunião com parceiros históricos, saiu em defesa da soberania nacional. Após reunião extraordinária, a diretoria endossou iniciativa da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) e do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro) e, juntas, as entidades encaminharam representação ao Tribunal de Contas da União. A luta pela prevalência dos interesses do povo brasileiro, agora tramitando na justiça, tem como objetivo a suspensão imediata do 12º leilão, e mais: que a conveniência de sua realização seja, com tempo e amplo debate, discutido com a sociedade e o Congresso Nacional.

Foto: Samuel Tosta/Sindipetro-RJ



Um presente ao cartel

A oposição do Clube de Engenharia, Aepet e Sindipetro ao leilão de Libra tem como base fatos e números que deixam claro que a volta dos leilões – e esse que se avizinha em especial – só atende aos interesses dos atores envolvidos: o cartel do petróleo e os países petróleo-dependentes, como Estados Unidos, China, Japão e as potências europeias. De acordo com o 2º vice-presidente do Clube de Engenharia e da AEPET, Fernando Siqueira, que defende o monopólio da União, exercido pela Petrobras na exploração do Pré-Sal, o edital da ANP é “extremamente favorável à entrega do campo para empresas estrangeiras”.

Os dados que mais assustam, no entanto, estão relacionados às facilidades oferecidas pelo governo para que as empresas explorem e se apropriem de uma das nossas maiores e mais estratégicas riquezas. Enquanto no resto do mundo os países exportadores de petróleo ficam com 80% do óleo-lucro – uma média de 72% do óleo produzido –, o governo brasileiro fixou para o leilão de Libra o pagamento mínimo de 40% à União. “Em um campo descoberto, testado, comprovado, sem riscos, de óleo de excelente qualidade, não seria razoável menos de 80%. Estamos leiloando um bilhete premiado”, afirmou Siqueira.

O Congresso Nacional defendeu, até o último minuto, a destinação mínima de 60% do óleo-lucro para a União, mas foi vencido ao final. Após reunião dos ministros da Educação, Aloizio Mercadante, e das

Relações Institucionais, Ideli Salvatti, com os líderes do governo na Câmara, a exigência dos 60% caiu em nome de uma maior segurança jurídica das empresas que disputarão a licitação. A votação, em 14 de agosto, foi rápida após o acordo com o Planalto e sepultou de vez a garantia de retorno decente para o país. “Os 40% são um valor irrisório para o que representa o manancial do Campo de Libra. Ora, se os leilões já não têm sentido, por termos autossuficiência para mais de 50 anos, quanto mais nas condições desse campo já perfurado, com reservas de 15 bilhões de barris e risco zero. Se alguém arrematar por menos de 60%, o leilão representará um fabuloso prejuízo”, ressaltou Siqueira.

Pior: a ANP e o Governo enganam a Nação quando dizem que a União ficará com, no mínimo, 75% do petróleo. Ora, o produtor fica com 40% do petróleo para remunerar o seu custo de produção (esse custo é cerca de U\$ 40 por barril); o contrato prevê que os *royalties*, mais 15%, serão também ressarcidos ao produtor. Sobram 45% para a partilha. Se o vencedor oferecer 60%, a União ficará com 60% de 45%, ou seja, 27% do petróleo produzido. E o consórcio, este sim, ficará com 73% do petróleo. Absurdo!

De volta às privatizações

Em entrevista recente concedida ao jornalista Paulo Henrique Amorim, o ex-presidente da Petrobras do governo Lula, Sérgio Gabrielli, afirmou que leiloar Libra “vai na contramão da lei de partilha”. Gabrielli

destacou outro ponto sensível do edital: o bônus de R\$ 15 bilhões pedido pela ANP à empresa vencedora do leilão. Segundo o ex-presidente, tais procedimentos estão “mais próximos da concessão de FHC do que da partilha”. Gabrielli se refere à Lei das Concessões (Lei nº 9.478, de 1997), do presidente Fernando Henrique Cardoso, que se destinava a áreas de alto risco exploratório e exigia um bônus alto, uma vez que o concessionário passava a ser o proprietário do petróleo.

A lei do governo Lula, que criou o sistema de partilha, tinha como objetivo não submeter o Pré-Sal à lei anterior, que entrega todo o óleo a quem o extrai. Na Lei 12.351 de 2010 a lógica da competição é outra. “Como diminuí o risco de exploração, o grande elemento a definir passa a ser como partilhar o lucro futuro. Então, o grande elemento deve ser a participação no lucro-óleo que deverá voltar ao Estado”, explica Gabrielli, ressaltando que a fixação do bônus de assinatura em R\$ 15 bilhões enfatiza justamente o que é característico na Lei das Concessões de Fernando Henrique, e não na partilha da produção. “À medida que você coloca um bônus muito alto, a partilha do lucro no futuro é menor. Ao fixar o bônus alto, você tem uma visão de curto prazo, na exploração e no desenvolvimento de um recurso que já tem o grau de confirmação muito alto. (...). Mesmo com a certeza de que lá tem petróleo, você submete todo o ganho potencial futuro do Estado a uma parcela menor – o que é ruim, no novo conceito de partilha. Nessa operação de R\$ 15 bilhões, o governo vai receber de imediato, mas a consequência disso é que, no lucro do futuro, o governo vai ficar com uma fatia menor”.

Em artigo recente, Fernando Siqueira concorda com Gabrielli e evoca as eleições de 2010: “Na sua campanha eleitoral, a presidente Dilma Rousseff derrotou o candidato José Serra porque se colocava contra as privatizações. Essa polêmica – estatal x privado – foi o diferencial que conseguiu virar as eleições e garantir a vitória no 2º turno. Ela condenou com veemência a privatização do Pré-Sal, dizendo que ele ‘é o nosso passaporte para o futuro e entregá-lo é perder dinheiro’. Pressionada, parece

ter mudado de ideia”, rememora. O bônus de assinatura tem ainda outra faceta cruel, destacada por Siqueira, que empresta ao processo tons antidemocráticos: “A exigência no edital de um pagamento de mais de R\$ 2 milhões somente para participar, sem devolução, e um de R\$ 15 bilhões, à vista, de bônus de assinatura do contrato, fazendo com que somente empresas de grande porte e poder político acabem concorrendo”.

Conjuntura internacional aterradora

O momento em que o leilão acontece é outro ponto relevante. A instabilidade energética mundial é grande. Estados Unidos, Europa e Ásia dependem de reservas mundiais cada vez mais escassas, com cerca de 60% no Oriente Médio. Quando o Pré-Sal foi descoberto, imediatamente foi reativada a quarta frota americana para “proteger o Brasil”, uma pressão militar óbvia. Ao mesmo tempo, o cartel internacional das petrolíferas age pelos bastidores. No setor, o *lobby* do cartel está profundamente infiltrado dentro do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP).

O histórico é igualmente complexo. Na época das discussões sobre a nova lei do petróleo, durante o governo Lula, a articulação das grandes petroleiras internacionais foi grande. De acordo com documentos vazados pelo *Wikileaks*, Patricia Pardal, diretora da Chevron no Brasil, teria enviado telegrama da embaixada americana ao Departamento de Estado dos Estados Unidos traçando uma linha de ação para que a lei que estabelece a partilha fosse outorgada. “A estratégia das petroleiras para barrar o novo marco regulatório do Pré-Sal é fazer um forte *lobby* no Senado por meio do IBP, da Onip e da FIESP”, dizia Patrícia. O título do telegrama era “A indústria do petróleo vai conseguir combater a lei do Pré-Sal”? O leilão de Libra prova que sim.

O evento mais recente está relacionado ao escândalo exposto pelas denúncias do ex-agente americano da NSA, Edward Snowden. Nos documentos entregues à imprensa, o Brasil aparece marcado como alvo prioritário sob a legenda “energia”. De acordo com a Folha

de São Paulo, em recente reunião com ministros, a presidente Dilma Rousseff teria afirmado que foi espiada por motivos comerciais relacionados diretamente ao Pré-Sal e descartou motivos políticos. Coincidência ou não, todas as empresas petrolíferas norte-americanas já demonstraram interesse em participar do leilão.

Não é pelos 20 centavos

“É pelos R\$ 40 trilhões”, explica Siqueira, que o povo brasileiro precisa levantar a voz contra o leilão de Libra e do Pré-Sal como um todo. Sua opinião é bandeira do Clube de Engenharia há anos: não deve haver leilão algum. Os ganhos não seriam poucos para o país. “O fim dos leilões poderá gerar gasolina e gás de cozinha muito mais baratos no Brasil, como acontece na Venezuela, por exemplo. Lá, a Petróleos de Venezuela S.A. é estatizada, permitindo que o Estado aplique recursos em saúde, educação, moradia, reforma agrária e em outros programas sociais”, destaca Siqueira, lembrando ainda que a Venezuela tem o menor índice de desigualdade da América Latina. O Brasil é o 4º pior.

O uso das reservas do Pré-Sal por meio de sua venda para empresas estrangeiras para cobrir o rombo na política econômica vem sendo apontado pelos defensores do fim dos leilões como um equívoco que irá comprometer o futuro da atual e próximas gerações. “Entregar as riquezas para cobrir um déficit fiscal gerado por juros bancários que levam 45% do orçamento em detrimento da educação, saúde, segurança e infraestrutura é inaceitável. O Pré-Sal é para o bem do povo brasileiro e não para pagar juros aos banqueiros”, denuncia Siqueira.

A venda da maior riqueza nacional, além de não resolver a questão financeira, pode piorá-la. O lucro será remetido ao exterior em petróleo bruto. A perda, só em impostos, é de 30%. “A solução é usar o Pré-Sal, para estancar essa sangria, a começar mantendo Libra com a Petrobras – conforme artigo 12º da lei nova, e recuperando o bem estar do povo com um bem que lhe pertence”, finaliza Siqueira.

Illegalidades evidentes

Tamanho empenho em colocar nas mãos das multinacionais os tesouros do país não poderia vir de forma legal. São vários os itens apontados na representação do Clube de Engenharia e parceiros ao TCU contra a Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o edital e a minuta de contrato referente ao leilão do campo de Libra publicados pela ANP. O bônus de assinatura é o primeiro deles. De acordo com a resolução do CNPE, o edital e o contrato de partilha da ANP, o bônus será considerado no cálculo do custo em óleo. Ao propor o abatimento da parcela que o consórcio pagará à União ao longo do contrato, os documentos ferem a Lei 12.351/10.

A mesma Lei 12.351 determina um percentual fixo do excedente em óleo para definir o vencedor do leilão. A ANP, no entanto, estabeleceu uma variação desse percentual em função da produção diária por poço, colocando todo o risco da produção sobre as costas da União e garantindo total ressarcimento ao consórcio vencedor em caso de condições desfavoráveis.

A aquisição do Campo de Libra pela Petrobras através da cessão onerosa é outro ponto mencionado. A Petrobras pagou à União por Libra e outros seis blocos, que deveriam conter 5 bilhões de barris. Mas ao perfurar Franco (9 bilhões) e Libra (15 bilhões) ela já achou 24 bilhões. Pela nova lei que rege o Pré-Sal, Libra é uma área estratégica e, obrigatoriamente, a Petrobras deveria ser contratada diretamente pela União para a exploração e produção. A ANP e o Ministério de Minas e Energia, no entanto, não só ignoram essa especificidade da lei

como, ao invés de negociar um contrato de partilha com a companhia pelos 19 bilhões excedentes dos 5 bilhões pagos pelo campo, tomou o campo e o colocou em leilão. De acordo com o documento encaminhado ao TCU, “é algo inédito no mundo. Nem país militarmente ocupado leiloa petróleo já descoberto. A Petrobras não foi ressarcida das perfurações de Libra e Franco, o que corrobora a afirmativa de vários de seus diretores de que Libra fez parte da cessão onerosa. Assim a Petrobras terá que desembolsar de imediato R\$ 4,5 bilhões para ficar com 30% do campo, ou R\$ 15 bilhões para ficar com 100% de um campo que já pertencia a ela”. Lembramos que esses R\$ 15 bilhões dariam para a Petrobras adquirir três sistemas flutuantes de produção para produzir 200 mil barris por dia, cada um. E a Petrobras re replica todo o lucro no país gerando emprego, tecnologia e desenvolvimento.



CAPA

Eleições 2013: vence a democracia

As eleições para Terço do Conselho Diretor no Triênio 2013 – 2016 e Comissões Executivas das Divisões Técnicas Especializadas para o biênio 2013 – 2015 aconteceram dias 28, 29 e 30 de setembro. Foram dias de mobilização e confraternização, com o salão do 24º andar lotado de conselheiros, associados e candidatos das duas chapas concorrentes – Clube de Engenharia e Clube de Engenharia Unido – que se encontraram em meio a uma verdadeira festa democrática. O presidente Francis Bogossian destacou que o processo eleitoral para a composição do Conselho Diretor é símbolo do espírito democrático que anima o Clube de Engenharia desde a sua fundação. "A importância dessas eleições é óbvia por se tratar do Conselho Diretor, que norteia as posturas e posições do Clube de Engenharia," destacou.

A consonância de ideias, os reencontros e o momento em que as eleições acontecem, em um contexto nacional que aponta para a mobilização social, participação cidadã e para os debates coletivos em busca do bem comum também foram destacados pelos presentes.

Ao longo dos três dias votaram grandes nomes da engenharia, que fizeram questão de frisar a importância do Clube nos rumos do país. O ex-diretor de Produção da Petrobras e Conselheiro do Clube, Guilherme Estrella, conhecido como "pai do Pré-Sal", enfatizou que "mais que nunca, o Clube de Engenharia está assumindo um papel de protagonista no desenvolvimento nacional. E esse protagonismo precisa estar firmemente alicerçado na defesa da engenharia genuinamente nacional, porque engenharia é conhecimento e quando ela não é genuinamente nacional o conhecimento vem de fora e não fica aqui", alertou.

Bruno Contarini, renomado engenheiro responsável pelos projetos estruturais de obras como a Ponte Rio-Niterói, Palácio da Alvorada, Tribunal Superior de Justiça e o Museu de Artes Contemporâneas de Niterói também falou sobre o papel social do Clube na engenharia nacional. "O Clube sempre participou das grandes decisões do país. Ultimamente temos visto muita coisa indevida nesta área e nosso papel é esclarecer os equívocos. Tragédias como as de São Paulo e Piauí precisam ser freadas", declarou. Também foram às urnas o especialista na área de transportes Fernando Mac Dowell; o ex-prefeito Saturnino Braga; o membro da Comissão da Verdade Evaldo Valladão; o ex-diretor do BNDES, Elvio Gaspar; o presidente da FIRJAN, Eduardo Eugenio Vieira e o presidente da CEDAE, Wagner Victor, entre outros.

O tradicional coquetel dos sócios remidos reuniu cerca de 200 pessoas e engenheiros de diversas áreas, que compareceram ao salão do 24º andar para reafirmar seu compromisso com a democracia. Pelo terceiro ano consecutivo uma engenheira lidera as eleições: a conselheira mais votada esse ano foi Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves, homenageada com flores e muitos aplausos.

Também sob aplausos, no dia 9 de setembro os conselheiros eleitos para o colegiado de poder decisório máximo do Clube de Engenharia tomaram posse, assim como os Chefes das DTEs. Em nome de todos os eleitos, Maria Helena foi convidada a saudar o plenário. Emocionada, entre outros não menos importantes agradecimentos, lembrou os associados "que nos aprovaram com seu voto e nos proporcionam mais uma vez a honra de servir ao Clube de Engenharia por meio do Conselho Diretor e das Divisões Técnicas". Maria Helena agradeceu de modo especial aos que a premiaram com o maior número de votos. Transcrevemos a seguir parte do discurso da conselheira:



Militantes históricos na luta pela engenharia nacional, o Conselheiro Manoel Lapa e o ex-presidente Fernando Uchoa Cavalcanti, que cumprimenta Francis Bogossian, presidente do Clube, no momento do voto.



DTE's têm o apoio dos movimentos sociais: Alcebiades Fonseca (então chefe da DTRL), Márcia Vera (FAM-RJ) e Uiana Martins (eleita chefe da mesma DTE).



No segundo dia, o tradicional encontro dos sócios remidos reuniu 200 pessoas no Bar Terraço do 25º andar.



O voto do ex-presidente do Clube de Engenharia e presidente do Crea-RJ Agostinho Guerreiro.



Conselheiro e ex-prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, a caminho da urna.



Conselheiro Guilherme de Oliveira Estrella, ex-diretor de Produção e Exploração da Petrobras.

“Não posso deixar de mencionar e agradecer a luta das bravas mulheres engenheiras para serem respeitadas no meio profissional. Quero lembrar uma amiga, um ícone, a engenheira Clara Steinberg. Nela minha homenagem a todas nós. E é com orgulho que vejo há alguns anos as mulheres liderarem os pleitos aqui no Clube(...) Agora juntos no Conselho Diretor, não há mais chapas, mas Clube de Engenharia e defesa da Engenharia e dos engenheiros (aqui englobados arquitetos, geólogos, geógrafos...) e da soberania de nação, tendo em vista o bem estar dos brasileiros. Vamos insistir nos pontos que ainda precisam ser melhorados e ou instituídos ou revigorados. As coordenações das DTE estão sendo

renovadas e é esse o momento de revitalização. A essência do Clube está aí. Um exemplo a observar, é a atuação da DTE de Transportes e Logística que gerou o fórum de mobilidade urbana, com a participação da sociedade civil acolhido e abrigado pelo Clube. Conclamamos às novas coordenações que atuem com vigor e que sejam o embasamento técnico para as decisões do CD. Inúmeras áreas têm sido objeto de preocupação do Clube, mas sem dúvida a do petróleo é a maior, visto que corremos o risco de entregar afoita e desnecessariamente nosso patrimônio, garantia das gerações futuras. Neste quesito o Clube de Engenharia não se cansa de lutar. São cartas, manifestações e

agora com as entidades parceiras, Associação dos Empregados da Petrobras e Sindicato dos Petroleiros a solicitação ao poder judiciário. Hoje ainda temos como agravante, a escancarada espionagem, que pode usurpar todo o conhecimento técnico que esforçadamente conseguimos. Não ao leilão de LIBRA por todas as razões que já conhecemos! Somos abençoados, mas temos muito a fazer, enquanto existirem brasileiros, sem teto, sem saneamento, sem saúde, sem educação, sem energia, etc. teremos muito a construir, e construir com responsabilidade social e ecológica, a favor da igualdade, da fraternidade, da prosperidade e da justiça para todos os cidadãos de hoje e do futuro”, concluiu.



Maria Helena, em seu discurso de posse, representando todos os eleitos.



Engenheiras representando diretoria, conselho diretor, candidatas e profissionais comemoram: nos últimos três anos de eleições para renovação do Conselho Diretor as mulheres foram as mais votadas.

Eleitos assumem responsabilidade de avançar

Após a posse, o presidente Francis Bogossian convidou os presentes para um coquetel no salão do 24º andar. Foram eleitos os conselheiros Antonio Eulálio Pedrosa de Araújo, Aureo Salles de Barros, Carlos Antonio Rodrigues Ferreira, Cesar Drucker, Clovis Augusto Nery, Edson Monteiro, Evaldo Valladão Pereira, Helena Schmukler, Jaime Rotstein, Luiz Antonio Cosenza, Luiz Felipe Pupe de Miranda, Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves, Márcio Queiroz, Maria Glícia da Nóbrega Coutinho, Mariano de Oliveira Moreira, Marilene de Oliveira Ramos Murias dos Santos, Milton Jacob Mandelblatt, Newton Tadachi Takashina, Paulo de Oliveira Lima Filho, Paulo Roberto Vilela Dias, Regina Moniz, Ricardo Latgé Milward de Azevedo, Roberto Saturnino Braga, Rocfeller Maciel Peçanha e Sergio Antonio Torres Vieira.

Estão à frente das Comissões Executivas das Divisões Técnicas Especializadas: Ricardo Khichfy (Construção – DCO); Miguel Angelo Gaspar Pinto (Ciência e Tecnologia – DCTEC); Iba dos Santos Silva (Engenharia do Ambiente – DEA); Iara Maria Linhares Nagle (Engenharia Econômica – DEC); Estellito Rangel Junior (Engenharia Industrial – DEI); Alcides Lyra Lopes (Energia – DEN); Robson Luiz Gaiofatto (Estruturas – DES); Fernando Jose Correa Lima Filho (Exercício Profissional – DEP); Márcio Patusco Lana Lobo (Eletrônica e Tecnologia da Informação – DETI); José Brant de Campos (Formação de Engenheiro – DFE); Ivanildo da Silva (Manutenção – DMA); Jorge Luiz Paes Rios (Recursos Hídricos e Saneamento – DRHS); Benedicto Humberto Rodrigues Francisco (Recursos Minerais – DRM); José Leonel Cortez Diniz Rocha Lima (Recursos Naturais Renováveis – DRNR); Newton Tadachi Takashina (Engenharia de Segurança – DSG); Paulo Murat de Sousa (Engenharia Química - DTEQ); Ana Cecília Campello Pereira Porto Soares (Geotecnia – DTG); Milton Lima (Urbanismo e Planejamento Regional – DUR); Uiara Martins de Carvalho (Transportes e Logística – DTRL)

SOCIAL

Aniversariantes de julho e agosto

Emoção e fraternidade são as eternas receitas para o sucesso dos encontros mensais de aniversariantes (fotos 1 e 2) que, mais uma vez, foram comemorados com famílias, amigos e associados.



30 de julho: Antonio Romeu Figueiredo, Armando Meton de Alencar Fialho, Arthur Eduardo Horta, Carlos Alberto Gama de Miranda, Elizabete Maia, Estellito Rangel Junior, Fernando Silveira Marinho, Francisco Jadson Miranda Viana, Helena Schmukler, Henrique Daher de Santa Rosa, Jorge Lucas, Jorge Silas Lopes Domingues, José Roberto Motta da Silva, Luiz Fernando Correa Ferreira, Marcilio Antonio Ferreira dos Santos, Maria Del Negro Lima, Mathusalecio Padilha, Michel Esses, Nico Saceanu, Regina de Jesus Ramos Andrade, Roberto Kresch, Rogerio Ribeiro, Vagner Oliveira, Wilhelm Brada

22 de agosto: Alexandre Vacchiano de Almeida, Ana Cristina Martinez, Antonio Martins, Arnaldo de Assis Mourthe, Denise Ramos, Edson Monteiro, Edson Pinheiro dos Santos, Cleofas Paes de Santiago, Elias Griner, Ernesto Jacob Bernardo Becker, Frederico R. Carvalhaes Pinto, Heitor Pimenta Godinho, Heraldo Mattos Monteiro, João Eduardo Franca, Jorge Nisenbaum, José Carlos de Lacerda Freire, Jose Jorge da Silva Araujo, Luiz Carneiro de Oliveira, Luiz de Araujo Bicalho, Luiz Felipe Pupe de Miranda, Manoel Griner, Maria Helena do Rego Monteiro Gonçalves, Moacyr Penha Ribeiro, Paulo Murat, Pedro Francisco de Almeida Castilho, Salvador Velloso Perrella, Tadachi Takashina, Wilson Frota.



Gente

Dona Antônia receitas de bem viver



Antônia Epiphany Lopes, mulher guerreira e pioneira, há 18 anos fazendo história no Clube de Engenharia.

Foi a primeira ascensorista do edifício-sede Edson Passos. Trabalhava em uma empresa terceirizada, mas o jeito simples e amigo de ser no sobe e desce dos 25 andares acabou por conquistar a todos: sócios, diretores, conselheiros, presidentes e funcionários. Em cinco anos Dona Antônia foi contratada. Dos elevadores, ela, que se intitula “papa goiaba” por ter nascido no município de Mangaratiba, no Estado do Rio, foi para a recepção do 21º andar e lá marcou território, fncou bandeira e não saiu mais.

Não é exagero dizer que ela é parte da alma do Clube de Engenharia. Aos 69 anos de idade “bem vividos, graças a Deus”, tem lugar cativo. Amada especialmente pela espontaneidade com que encara seu trabalho diário e pela gentileza e simpatia, assume lugar de destaque e também de controle de quem entra e quem sai, quem quer falar com quem, para onde devem ser encaminhadas as ligações telefônicas e até mesmo o que acontece nos vários andares da casa.

Da gargalhada contagiante, passando pelas músicas cantaroladas pelos corredores, até a cervejinha do fim de semana, da qual não abre mão “por nada nesse mundo”, Dona Antônia é exemplo clássico de quem está de bem com a vida. Tem o bom humor de quem vive feliz. “Tenho duas filhas, cinco netos e cinco bisnetos. É vida de luta, mas levo bem. Já sou aposentada, mas trabalho todos os dias numa boa. Só tenho que ir ao médico de vez em quando, mas é sempre exame de rotina”, comemora.

Do trabalho não reclama. Ao contrário, extrai mais experiência da vida compartilhada com tanta gente, sempre discreta: “Já vi muitas histórias na recepção, algumas boas outras ruins, sinto, troco, me emociono, mas em seguida sou cega, surda e muda”, finaliza, deixando no ar sua marca registrada: uma sonora gargalhada.

Homenagens

No almoço de agosto, o presidente Francis Bogossian foi homenageado com a moção de aplauso da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro e Antonio Henrique Albuquerque Filho, superintendente regional do Ministério do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, também homenageado, recebeu a medalha de honra

da Academia Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho (foto 3). Corações emocionados foram destaques no Conselho Diretor do dia 12 de agosto com a homenagem póstuma à trajetória do engenheiro Boruch Milman, marcada pela integridade, generosidade e coragem na vida profissional e pública (foto 4).



Antonio Henrique (esq.), jornalista Hildegard Angel e Francis Bogossian em tarde de festa.

Com o plenário repleto de amigos, companheiros de trabalho e famílias, o músico Pedro Milman agradece a homenagem ao pai Boruch Milman.



Chá com o Presidente

O encontro de gerações

Criado há quatro anos, o evento reuniu, dia 30 de julho, os engenheiros mais experientes em confraternização com o presidente Francis Bogossian. Essa edição, a segunda do ano, veio em momento especial. Há algum tempo o presidente acalenta a ideia de reunir em um único encontro os veteranos que participam do Chá com o Presidente com os jovens presentes nas manhãs do Café com o Presidente, também criado por Francis, que recebe estudantes de Engenharia de

diversas universidades do estado. Sua ideia teve, em julho, um apoio relevante. “Fiquei muito feliz quando vi que o Papa Francisco, entre as muitas mensagens que nos deixou, citou a importância de aproximar os mais velhos dos jovens. Me mostrou que estou certo no caminho que pretendo traçar”, comemorou Francis, que agora pretende acelerar o processo de aproximação. “É importante que haja essa transmissão de ideias, de projetos. Queremos unir a experiência e o conhecimento à vontade de trabalhar e à mente inovadora dos jovens engenheirandos”, declarou Francis.

INSTITUCIONAL

Comunicação

Pela coerência e pelo respeito aos interesses da sociedade civil

A luta pela garantia de dar voz à sociedade civil no Conselho Consultivo da Anatel tem novo capítulo. Embora associações, fóruns populares, coletivos de comunicação, sindicatos e conselhos tenham se mobilizado em torno da candidatura do Clube de Engenharia para a vaga no Conselho Consultivo da Anatel, a Presidência da República indicou, no dia 31 de julho, o nome de Fabiano André Vergani para ocupar o cargo. Com isso, mais uma vez, a vaga destinada à sociedade civil no Conselho Consultivo foi entregue a um representante das empresas e não dos usuários. Para garantir que a vaga da população não seja ocupada pelo empresário, o Clube de Engenharia já apresentou denúncia ao Ministério Público (MP).

A representação formal perante o Ministério Público pode culminar na destituição do indicado da presidência, como já ocorreu em vezes anteriores. A candidatura do diretor Marcio Patusco em nome do Clu-

be de Engenharia possui amplo apoio da sociedade, incluindo fóruns de comunicação, sindicatos, movimentos da sociedade civil organizada e entidades de classe de todo o país.

Salvaguardar a Lei Geral das Telecomunicações (LGT) exigindo o seu cumprimento foi o objetivo do Clube de Engenharia ao enviar carta à Presidência da República dia 9 de setembro. Para a entidade a nomeação de Fabiano André Vergani para a função de membro do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) como representante da sociedade civil é inadequada, uma vez que “a sua trajetória profissional como presidente da Associação dos Provedores de Serviços e Informações da Internet – EnternetSul, não o qualifica como representante da sociedade civil. Na verdade, o Sr. Fabiano André Vergani representa um grupo de empresários de provedores de internet da Região Sul do Brasil”, esclarece o documento.

A história se repete

Segundo o diretor Marcio Patusco “em paralelo ao trabalho do MP, a carta enviada à presidente Dilma Rousseff detalha as razões que nos levam a estar contra a indicação feita e explicando que Vergani representa uma parcela da sociedade já representada pelas entidades dos empresários”.

A indicação de representante dos empresários para a vaga da sociedade civil no Conselho Consultivo não é novidade. Em 2008, o ex-presidente da Telebrasil e o ex-presidente da Telemar foram destituídos do Conselho por decisão do juiz da 10ª Vara de Justiça Federal de Pernambuco, José Manuel Galvão. O magistrado anulou a nomeação dos empresários por entender que associações que congregam concessionárias de telecomunicações não podem designar representantes para as vagas da sociedade e dos usuários.

Ação social

Dia da Segurança no Trabalho foi na Central do Brasil



Comissão Organizadora abre encontro na Central do Brasil.

Somente em 2012 cerca de 2.700 trabalhadores perderam a vida em serviço no Brasil, segundo o controle da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). A importância da conscientização do trabalhador foi o foco da comemoração do Dia Nacional de Prevenção de Acidentes no Trabalho. Se em sua primeira edição o evento foi marcado pela presença de 600 pessoas em palestras no Clube de Engenharia, esse ano a entidade promoveu, em parceria com outras entidades, um grande encontro, no dia 7 de agosto, na Central do Brasil, por onde circularam cerca de 150 mil pessoas.

De acordo com Jaques Sherique, diretor do Clube e coordenador do evento, a ideia era alcançar trabalhadores, estudantes, empregadores, poder público e demais setores, com o objetivo de familiarizá-los com os métodos de prevenção de acidentes de trabalho. “Temos avançado muito, mas ainda não atingimos patamares de países desenvolvidos. Precisamos de políticas intensas para melhorar a proteção aos trabalhadores”, afirmou Jaques Sherique. Entre as atividades do dia estavam painéis temáticos das escolas que formam profissionais de

inserção de trabalhadores reabilitados em novas atividades, o evento também levou à população um espaço saúde com tendas de auxílio à sociedade, com medição de glicose, aferição de pressão arterial, acuidade visual, capacidade pulmonar etc.

Segundo Sherique, essa abordagem mais ampla e popular é importante para incentivar o debate na sociedade. “Durante o dia tivemos campanhas, distribuição de materiais e informes sobre diversos aspectos da segurança e da prevenção de acidentes no trabalho. Mas o evento não terminou em 7 de agosto. No ano que vem e nos que se seguirem continuaremos assumindo a nossa missão pelos trabalhadores brasileiros”, prometeu.

Além do Clube, integraram a comissão organizadora o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança (SOBES), Supervia, Academia Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho (ABEST), Fundacentro, Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado do Rio de Janeiro (FASP-RJ) e Lions Clube.

Educação

Desenvolvimento de tecnologia nacional na área da defesa

A Rede Brasileira de Logística de Defesa foi criada com o objetivo de encaminhar proposta em resposta ao edital Pró-Defesa, patrocinado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Ministério da Defesa. O Clube de Engenharia participa do projeto que, com duração de quatro anos, envolve programas de pós-graduação e entidades diretamente interessadas na capacitação industrial do Brasil em produtos de alta tecnologia. Também serão convidados a integrar o projeto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), entre outras. Integram, ainda, a rede a Universidade Federal Fluminense (Pós-graduação em Economia e Engenharia de Produção), o Instituto Militar de Engenharia (Pós-graduação em Engenharia de Defesa) e a Escola de Guerra Naval (Mestrado em Estudos Marítimos).

Faça o mundo girar a seu favor. Faça UFRJ.

Pós-graduação lato sensu **Aulas no Centro do Rio**

MBTI - MBA em Tecnologia da Informação

• MBA em Engenharia de Software - Engsoft	24a turma
• MBA em Gestão Estratégica da Informação - GEI	18a turma
• MBA em Garantia de Qualidade de Software - MDQA	5a turma
• MBA em Inteligência de Negócios - MBIN	3a turma
• MBA em Gestão Estratégica de Projetos e Portfólio - GEPP	3a turma

Inscrições abertas

Contatos
 tels. 2562-8147
 2562-8871
 2562-7300
 mbti-del@poli.ufrj.br

MESTRADO PROFISSIONAL, PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU/MBA E CURSOS DE EXTENSÃO



DTEs em AÇÃO

Novas gestões, novos planos

As Comissões Executivas das Divisões Técnicas Especializadas encontrarão solo fértil para a criação e o desenvolvimento de novos caminhos na área técnica do Clube de Engenharia. A última reunião da atual gestão do Conselho Coordenador das DTEs, dia 20 de agosto, revelou um espaço oxigenado por planos

e visões otimistas para o futuro. O diretor técnico Abílio Borges trabalha em propostas de formas de atuação que aproximem cada vez mais as DTEs do Conselho Diretor, órgão responsável pelas ações e projetos estratégicos do Clube. “Precisamos atuar numa linha que garanta maior proximidade das divisões técnicas da política do Clube de Engenharia”, afirmou Abílio. Uíara Martins, que estará à frente da Divisão Técnica de Transporte e Logística, concorda: “As DTEs representam o espaço dos apaixonados pelos temas tratados. É preciso ouvir cada vez mais o que dizem essas pessoas”.

Em debate o alto índice de pedágios no estado

Mobilidade urbana e pedágios: por uma visão sistêmica

A Divisão Técnica de Transporte e Logística organizou, dia 9 de agosto, o debate “Cobrança de pedágio nas vias expressas do Estado do Rio de Janeiro”. O evento, que contou com a participação do vereador Reimont (PT/RJ) e do deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB/RJ), aconteceu no dia da instalação da polêmica Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Ônibus pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Na ocasião, o vereador Reimont aproveitou a ebulição do tema para apresentar um panorama da situação política envolvendo a CPI, que pretende investigar o cartel das empresas de ônibus no município do Rio.

O deputado Luiz Paulo falou sobre o alto ônus causado ao Rio de Janeiro pelos pedágios e explicou as especificidades de cada tipo de concessão, ressaltando o papel da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT), que deve fiscalizar os contratos e garantir o respeito ao usuário. O deputado afirmou também que as rodovias concedidas no Brasil são vistas como ativo financeiro. “O concessionário tem a ótica do negócio. É necessário que se encontre uma moderação, como câmaras de compensação sistêmica que reduzam as tarifas de pedágio, mesmo que a união entre com subsídio”, defendeu. Para ele, os estudos de pedágios no país são feitos caso a caso, prejudicando uma visão sistêmica.

Vantagens do uso das lajes de continuidade em estruturas

O engenheiro civil Nelson Araujo Lima, ex-diretor da Divisão de Estruturas da Secretaria Municipal de Obras do Rio de Janeiro (SMO), realizou palestra sobre *lajes de continuidade* seguida de debate, dia 12 de agosto de 2013, no Clube de Engenharia. A ampliação do uso das lajes de continuidade, técnica que surgiu na França, é uma ação importante para os projetos de engenharia, cujas vantagens foram detalhadas pelo palestrante, como uma alternativa viável financeira e tecnicamente para a construção de pontes pré-moldadas. Segundo Nelson Lima, “as lajes de continuidade constituem uma solução estrutural muito simples, de fácil execução e que dispensa medidas especiais de manutenção”.

“A importância da utilização das lajes de continuidade nos tabuleiros das passarelas, pontes e viadutos construídos com vigas de concreto pré-moldadas ou pré-fabricadas, assim como com vigas mistas “aço-concreto” decorre não somente da economia de custos de construção mas principalmente do maior conforto para os usuários e da melhoria substancial das condições que garantem a durabilidade da estrutura”, afirma.

Em 1976, já na SMO, Nelson introduziu as lajes de continuidade no projeto do tabuleiro com vigas pré-moldadas do Elevado da Avenida 31 de Março, ao lado do Sambódromo, ligando três a três seus doze vãos de 40 m, formando quatro trechos contínuos no pavimen-

Nelson Araujo Lima defende o uso das lajes de continuidade



to do tabuleiro com 120 m de comprimento cada um. Após vistoriar a estrutura, 32 anos depois, em 2008, constatou que as lajes de continuidade estavam em bom estado de conservação, em contraste com o mau estado das juntas de dilatação.

O engenheiro esclarece que a estanqueidade do pavimento das pontes feitas com juntas de dilatação, mesmo quando aplicada de forma correta tem baixa durabilidade. Para ampliar no país o uso das lajes de continuidade, três passos são considerados importantes: “o primeiro é ensinar sua aplicação já na universidade; outro avanço é exigir que conste nas especificações de projetos a serem feitas pelos engenheiros do serviço público em todos os níveis; finalmente, incluir as lajes de continuidade como detalhe construtivo recomendado em normas e regulamentos vigentes no Brasil”, defendeu o palestrante.

Na ocasião, aconteceu o lançamento do livro *Vantagens das lajes de continuidade nas pontes pré-moldadas*, escrito em co-autoria com o também engenheiro civil Sérgio Marques Ferreira de Almeida. O livro pode ser adquirido através do site www.riobooks.com.br.

Sinalização de obras e acidentes de trânsito



Nelson José Rodrigues Mattos

O palestrante Nelson José Rodrigues esclareceu sobre riscos e soluções na sinalização de obras públicas

A falta de sinalização adequada em obras urbanas, assunto diariamente em foco nas grandes cidades brasileiras, foi o tema em debate dia 31 de julho no Clu-

be de Engenharia. Para abordar a questão, de interesse público, a Divisão Técnica de Transporte e Logística convidou o engenheiro de fortificação e construção, Nelson José Rodrigues Mattos, que também é consultor da Associação Brasileira de Pavimentação (ABPv), para explicar os inúmeros acidentes que podem ser causados pela falta de sinalização em obras urbanas, com foco central nas formas principais de prevenção.

Nelson explicou que as cores das placas fazem parte de normas importantes a serem respeitadas. “As placas que indicam obras são da cor laranja e o motorista pode



José Luiz Salgueiro (dir.) fez a abertura do evento ao lado de Jorge Henrique Ribeiro (esq.), da Associação Brasileira de Pavimentação



identificá-las de longe no trânsito”, exemplificou. O palestrante orientou sobre tamanhos e formas de cones e cilindros de trânsito, indicando e esclarecendo onde e em quais casos cada uma delas deve ser utilizada. Nelson, em uma verdadeira aula, deu exemplos de sinalizações feitas de forma correta e incorreta, orientando e apontando soluções para cada uma delas.

Desafios técnicos na produção do Pré-Sal



Geólogo Ronaldo Jorge Alves: "muitas etapas a superar".

Geologicamente falando, são reservatórios de petróleo carbonático imediatamente abaixo de uma espessa camada de sal. Popularmente falando, o Pré-Sal é um dos maiores tesouros e, ao mesmo tempo, um dos

maiores desafios do país. Para abordar do viés técnico do Pré-Sal, o geólogo Ronaldo Jorge Alves esteve no Clube de Engenharia no dia 1º de agosto a convite da Divisão Técnica de Recursos Minerais (DRM). Entre os destaques trazidos por Ronaldo estavam os enormes desafios a serem vencidos. "A distância da costa, a profundidade dos reservatórios – de 5 a 7 mil metros –, a alta pressão a que os equipamentos são submetidos e a profundidade do próprio mar são enormes desafios que as empresas, principalmente a Petrobras, precisam superar para chegar até o Pré-Sal", destacou.

O geólogo lembrou que, no caso do Pré-Sal, nada é simples. "Os reservatórios são anisotrópicos. Eles têm uma porosidade excelente, mas a permeabilidade não é possível de ser prevista. O poço que pode dar excelentes resultados, um quilômetro à frente pode não dar resultados tão bons. Nessa profundidade, não é qualquer reserva que



é econômica. Quando o petróleo está em menor volume, a produção é antieconômica", alertou Ronaldo, contando o caso do poço de Pão de Açúcar, que foi devolvido à ANP depois que mais poços não se mostraram produtivos. A palestra contou com a apresentação e comentários de Fernando Siqueira, vice-presidente do Clube de Engenharia, Benedicto Rodrigues e Thomaz de Aquino Arantes, respectivamente chefe e subchefe da DRM.

Clube apoia luta pela transparência do transporte público

"A CPI alimenta duas grandes expectativas. A primeira é a vontade de ver a Câmara Municipal cumprir o papel que é seu: fazer o controle do ponto de vista do interesse público das ações e práticas do governo municipal. Por outro lado, há o ceticismo. Conhecedores dos compromissos enormes que tecem a atuação dos vereadores e da prefeitura e das suas relações com o cartel que controla os transportes na cidade, não podemos ter grandes esperanças. Atender minimamente os anseios dos que estão nas ruas passa por pontos simples e claros: para que o transporte seja de fato voltado ao interesse público é preciso reverter o processo de privatização do metrô, barcas e ferrovia. Esse processo, além

de entregar o patrimônio público a um punhado de grandes corporações, provocou uma dramática degradação dos serviços e elevação nos seus custos. O transporte rodoviário precisa ser atacado, caminhar na construção de uma empresa pública, sob controle social, que preste serviços de transporte de maneira integrada, como em todas as grandes metrópoles no mundo."

A declaração é do urbanista Carlos Vainer, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), que abriu e deu o tom da plenária realizada dia 5 de agosto, no grande salão do 25º andar para debater a CPI dos Ônibus, um anseio popu-

lar de iniciativa do vereador Eliomar Coelho (PSOL/RJ). Alcebíades Fonseca, então chefe da Divisão Técnica de Transporte e Logística (DTRL), representando o presidente Francis Bogossian, destacou a atuação do Clube: "O Clube sempre esteve presente nas grandes lutas das cidades e do país. Foi nesse cenário que nasceu o Fórum de Mobilidade Urbana, que reúne cerca de 300 entidades. Organizamos esse evento em parceria porque sabemos que é preciso pressionar. O vereador conseguiu instalar a CPI. Sabemos das dificuldades que já estão sendo encontradas e que ainda serão encontradas. Mas o Clube está à disposição, está junto na luta".

Bernardo Castro Aimbinder, do movimento "Rio quer CPI dos ônibus", criador da página que culminou em novo encaminhamento de abertura da CPI, falou da conjuntura que possibilitou a abertura da mesma. "Levantar cartazes é importante, mas é preciso ter algum encaminhamento mais pragmático. A partir da mobilização e de muita pressão nós conseguimos as assinaturas em uma semana. Agora que está aberta, precisamos nos certificar de que não vai dar em pizza", destacou Bernardo.

Informação e ações concretas

Também foram encaminhadas propostas para manter a pressão sobre a CPI, uma vez instalada de fato. "Precisamos ir até a base eleitoral deles, protestar e levar plenárias para a Baixada, onde esses vereadores atuam", afirmou Eliomar Coelho, que abordou, ainda, as inúmeras propostas de inquérito parlamentar que não alcançaram o número necessário de assinaturas de apoio. "Desta vez, graças à mobilização popular, investigações que tínhamos há mais de cinco anos foram condensadas em um requerimento de comissão que conseguimos aprovar", comemorou.



Foto: Tânia Régio/ABr

Grupo ocupa a Câmara dos Vereadores em protesto contra a composição da CPI dos Ônibus.



POLÍTICAS PÚBLICAS

Um bairro no pântano

Após protagonizar vexame durante a Jornada Mundial da Juventude, com apenas dois dias de chuva, quando todo o terreno planejado para receber 3 milhões de pessoas para um encontro com o Papa Francisco se transformou em um charco, o Campo da Fé pode virar um bairro

Toda a história envolvendo a escolha do espaço de mais de 1,7 milhão de metros quadrados – dividido em 22 lotes, cada um do tamanho de sete campos do Maracanã – onde foi construído o Campo da Fé é controversa. Inicialmente, a vigília e a missa de despedida do Papa Francisco aconteceriam na Base Aérea de Santa Cruz, mas um problema envolvendo custos da retirada de aeronaves e melhorias de engenharia no local fez as autoridades cancelarem o evento naquela área.

O espaço escolhido foi o que conhecemos hoje como Campo da Fé: um terreno de topografia irregular, pantanoso, notoriamente propenso a inundações e alagamentos. Em entrevista coletiva após a JMJ, o prefeito Eduardo Paes negou o aporte de recursos públicos na obra.

Segundo o prefeito, em troca do uso do terreno para o evento, a prefeitura assumiu as obras de acesso no entorno. A terraplanagem e a drenagem do terreno teriam ficado a cargo da Igreja e, claramente, não funcionaram, uma vez que todo o terreno virou um lamaçal com dois dias de chuva fraca. A estimativa é que tenham sido investidos ali algo em torno de R\$ 60 milhões dos recursos da Jornada, e não dos 78 milhões investidos pela prefeitura, estado e União.

Técnicos perplexos

O engenheiro geotécnico Francis Bogossian, presidente do Clube de Engenharia, destacou a evidente falta de estudos técnicos e de um projeto de engenharia para as obras no Campo da Fé. “Com um projeto de drenagem adequado, aquilo não teria acontecido. Não foi um temporal em condições

especiais que inundou a área e sim uma fraca chuva de inverno. Fica evidente que houve ali um erro de execução de engenharia”, denunciou o presidente.

Outro ponto destacado pelo presidente como crucial é a necessidade de se exigir explicações do poder público. “Me causa preocupação não saber como foi contratada a empresa que fez a recuperação do local ou como ela trabalhou. É preciso buscar esclarecimentos junto à empresa de engenharia que ganhou a concorrência para fazer a obra e a fez sem um projeto de drenagem”.

O Ministério Público Estadual está conduzindo investigação sobre o espaço que chama de “aterro clandestino sobre um manguezal que não poderia ser aterrado por ser de proteção ambiental”. Segundo a *Folha de São Paulo*, o MPE também desconfia que o terreno que tem entre seus proprietários o empresário Jacob Barata Filho, filho do dono da maioria das linhas de ônibus da cidade, foi aterrado com o uso de entulho de obras e lixo hospitalar.

Bairro popular

Ainda durante o evento, no dia 28 de julho, o prefeito Eduardo Paes anunciou que o loteamento Vila Mar, onde seria construído um empreendimento imobiliário – licenciado desde 2010 pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente – seria desapropriado. No Twitter, o prefeito afirmou que havia conversado com o Papa Francisco sobre a construção de um bairro popular naquela área. “O fato é que a Igreja investiu muitos



Foto: Tomaz Silva/ABr

Dois dias de chuva fraca foram suficientes para alagar Campo da Fé.

recursos ali e isso não poderia ser desperdiçado. Só os donos da área se beneficiaram”, publicou. Ainda segundo o prefeito, o valor da desapropriação será o do terreno antes dos investimentos realizados pela Igreja no local e “o processo se dará totalmente pela via judicial”.

A construção do bairro popular, no entanto, causa preocupação entre os especialistas. No Conselho Diretor do dia 29 de julho, os perigos do empreendimento foram expostos por quem conhece de perto aquele terreno. Luís Carneiro de Oliveira, diretor do Clube, estudou o solo do Campo da Fé cerca de quatro anos atrás e é categórico no que diz respeito às construções no local: “A área está sobre uma camada de 20 metros de argila mole. O tratamento de solo que precisa ser feito ali para suportar as tubulações de infraestrutura que trabalham por gravidade necessitam de um aterro que, no centro da área, terá em torno de 2 metros de altura”. Segundo Carneiro, tais ações podem provocar um recalque na argila mole, resultando na quebra e rompimento de grande parte das instalações.

Para além dos riscos do solo, há uma questão financeira clara, também levantada por Carneiro. Segundo ele, o tratamento que precisa ser dado ao solo daquela área para suportar as tubulações da infraestrutura que trabalham por gravidade será muito caro, o que inviabiliza o projeto de moradias populares. “Para levar à frente o projeto, seria necessário tratamento com estacas de brita, colunas de brita etc. E o custo disso nem de longe se enquadrará em um empreendimento popular”, alerta.



Clube de Engenharia

Fundado em 24 de dezembro de 1880

Edifício Edison Passos - Av. Rio Branco, 124
CEP 20040-001 - Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2178-9200 Fax: (21) 2178-9237

atendimento@clubedeengenharia.org.br

www.clubedeengenharia.org.br

Impresso Especial

99122527447
ACT/DR/RJ
CLUBE DE ENGENHARIA

...CORREIOS...

